



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

DESPACHO TRF2 1801635

Cuida-se da contratação dos docentes Natália de Macedo Couto, Yasmin Curzi de Mendonça e Luca Belli para atuarem como formadores no Curso “Concorrência nas Plataformas Digitais e sua Regulação”, a ser realizado no dia 08/06/2026, na modalidade presencial, na Sala de Aula da EMARF, com fundamento na inexigibilidade de licitação prevista no artigo 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021.

Conforme a programação do curso, Natália de Macedo Couto ministrará aula, das 9h às 11h, com o tema “As Plataformas Digitais. Conceito. Tipos. Funcionamento”; Yasmin Curzi de Mendonça ministrará aula, das 11h às 13h, com o tema “Liberdade de Expressão nas plataformas digitais”; e Luca Belli ministrará aula, das 14h às 18h, com o tema “Soberania digital e dependências tecnológicas”.

Registre-se que, conforme informação constante da Solicitação Eletrônica de Contratação – SEC 1782018, a referida ação educacional integra a programação de ações educacionais da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região – EMARF para o exercício de 2026, tendo sido autorizada pela Presidência deste Tribunal, por meio da Decisão 1747478.

O valor total da despesa é de R\$ 4.260,00 (quatro mil, duzentos e sessenta reais), conforme as Memórias de Cálculo (1782780, 1796230 e 1796732), já incluídas as contribuições previdenciárias incidentes.

Ressalta-se a manifestação da DPLAN, no Despacho 1798759, ratificada pela SPO, no Despacho 1799118, informando a existência de dotação orçamentária suficiente para atender à despesa pretendida.

Os documentos necessários, incluindo os cadastros e currículos dos docentes Natália de Macedo Couto, Yasmin Curzi de Mendonça e Luca Belli (1782723, 1796159 e 1796696), bem como as Declarações de Parentesco (1782727, 1783999 e 1796316) encontram-se encartados nos autos.

A Assessoria Jurídica, Técnica e de Assuntos Administrativos – AJUT opinou, no Parecer Jurídico 1800977, pela contratação direta dos profissionais supracitados, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021, destacando a notória especialização dos docentes nas respectivas áreas de atuação, bem como a inviabilidade de competição para a presente contratação. Na oportunidade, foram transcritos os entendimentos doutrinários de Marçal Justen Filho e Joel de Menezes Niebuhr acerca da inexigibilidade de licitação, além do voto proferido pelo Ministro Benjamin Zymler no Acórdão nº 2616-42/15-P do Tribunal de Contas da União, que reconhece a regularidade de contratações destinadas a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal com fundamento no referido dispositivo legal.

Considerando o exposto, AUTORIZO a contratação dos docentes Natália de Macedo Couto, Yasmin Curzi de Mendonça e Luca Belli por meio de inexigibilidade de licitação, para ministrarem aulas no Curso “Concorrência nas Plataformas Digitais e sua Regulação”, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021.

Encaminhe-se à DIOFE, para o empenhamento necessário à realização da despesa.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO CEZAR BRAGA EDMUNDO**, Diretor-Geral, em 26/05/2026, às 18:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1801635** e o código CRC **7FD33198**.
